

Orçamento

13 ABR 1992

A opção pela rua

Falamos de *prioridades* (ou da falta delas) em nosso principal editorial de ontem. Para que a idéia se fixe na opinião pública, e não se suponha que é apenas no Executivo que não se pensa nas coisas sérias do País, é interessante voltar ao processo pelo qual se vota o Orçamento da República e o que deputados e senadores inserem na proposta orçamentária enviada pelo Executivo.

O Orçamento, sempre se disse, é a expressão de uma política de governo. Nela se estabelecem prioridades, atendem-se necessidades da população em geral. É, também, descendo de plano, o instrumento legal que autoriza a realização de despesas — às vezes inúteis, às vezes necessárias, às vezes indispensáveis. Se o Executivo deve, em sua proposta, fixar prioridades, os integrantes do Congresso, pelo processo de emenda, podem atender às coisas necessárias, e até mesmo às supérfluas. No Brasil de hoje, tudo indica que a preocupação de deputados e senado-

res é com o supérfluo. Se prioridade, para o Executivo, são as grandes obras, as metas políticas, ou eleitorais, para os deputados e senadores tudo parece resumir-se a angariar votos. Daí, como sucedeu este ano, a Receita ter sido superestimada para que a Despesa pudesse adequar-se ao nível de solicitações. O resultado foi o que se viu: o Executivo só vai liberar verbas para ministérios na proporção exata das receitas que forem realizadas. Recentemente, o antigo procurador-geral da Fazenda Cid Heráclito de Queiroz publicou artigo em que discutia a distribuição das despesas e das receitas entre União, Estados e municípios, mostrando como se está sobrecarregando a União com atividades que a rigor são dos outros dois níveis de poder federativo. O importante não é essa discussão. Para o fim que temos em vista, convém registrar o que S. Sa. descobriu no Orçamento de 1991 — e já pago, portanto —, que espelha o que se entende por prioridade no Con-

ESTADO DE SÃO PAULO

gresso Nacional.

Entre as pérolas pescadas por S. Sa. podem ler-se estas: “Melhoria de dez rodovias estaduais [possivelmente uma verba bem aplicada], canalização de quatro córregos mineiros, um capixaba e um paranaense, tratamento de resíduos sólidos de três cidades catarienses, pavimentação de ruas de uma cidade goiana, reforma de um centro educacional no DF, ‘disseminação de desportos de massa’ em 27 cidades, apoio a duas bandas de música...”.

Vistas em si, essas obras são importantes — quem negará a necessidade de ter sua rua asfaltada? O problema é que entre a prioridade de construir uma biblioteca, ou reformar um centro educacional no DF, e deixar ir à catástrofe o sistema de saúde por falta de verbas vai uma enorme diferença qualitativa. A opção entre asfaltar uma rua ou manter funcionando um hospital define uma mentalidade política. No Brasil de hoje, fez-se a opção pela rua!